

**COMO A FORMAÇÃO DA GEÓGRAFA É ATRAVESSADA PELO SEXISMO  
NO CURSO DE GEOGRAFIA DA UFV?**

**HOW IS THE GEOGRAPHER'S EDUCATION PERMEATED BY SEXISM IN  
THE GEOGRAPHY COURSE AT UFV?**

**¿CÓMO LA FORMACIÓN DE LA GEÓGRAFA ES ATRAVESADA POR EL  
SEXISMO EN LA CARRERA DE GEOGRAFÍA DE LA UFV?**

**Darlene do Carmo Ferreira**

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil  
[darlene.ferreira@ufv.br](mailto:darlene.ferreira@ufv.br)

**Caroline Delpupo Souza**

Instituto Federal de Minas Gerais, campus Ouro Preto, Brasil  
[carolinedelpupo@gmail.com](mailto:carolinedelpupo@gmail.com)

**RESUMO**

O trabalho buscou analisar a trajetória acadêmica de mulheres no curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa (MG), considerando atravessamentos sexistas na formação discente presentes no currículo acadêmico e nas relações de gênero desenvolvidas dentro da comunidade acadêmica. Utilizou-se os seguintes procedimentos metodológicos: revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas, questionários e análise documental. Constatou-se que, no decorrer do curso, as discentes envolveram-se majoritariamente com o campo da Pesquisa, porém, observou-se um maior número de mulheres compondo a área de Licenciatura. A disparidade numérica entre os gêneros compondo o corpo docente evidenciou-se como um dos atravessamentos sexistas, bem como manifestações machistas, produzidas e reproduzidas no curso. A implicação da esfera privada na pública foi também notada como um fator limitante para a plena formação acadêmica da aluna, assim como outros aspectos relacionados a: assédio e constrangimento, hierarquia, ausência/insuficiência de discussões voltadas às temáticas gênero e feminismo, o cumprimento de papéis de gênero, a condição social e a sensação de não pertencimento ao espaço público acadêmico. O estudo é relevante, pois localiza-se na fronteira entre o vasto campo de discussões da Geografia e temas contemporâneos que impactam a produção e a transformação do espaço geográfico.

**Palavras-chave:** Gênero; Mulher; Ciência Geográfica.

## ABSTRACT

The study sought to analyze the academic trajectory of women in the Geography course of the Federal University of Viçosa (MG), considering sexist crossings in student education present in the curriculum and gender relations developed within the academic community. The following methodological procedures were used: literature review, semi-structured interviews, questionnaires and document analysis. It was found throughout the course students were mostly involved in the field of Research, however, there was a greater number of women composing the Graduation area. The numerical disparity between the genders making up the teaching staff was evident as one of the sexist crossings, along with sexist manifestations, produced and reproduced in the course. The private sphere implication in the public sphere was also noted as a limiting factor for the student's full academic training, together with other aspects related to: harassment and embarrassment, hierarchy, lack of discussions focused on gender and feminism themes, compliance with gender roles, social condition and the not belonging feeling to the public academic space. The study is relevant because it is located on the border between the vast Geography field of discussions and contemporary themes that impact the production and transformation of geographic space.

**Keywords:** Gender; Woman; Geographic Science.

## RESUMEN

El trabajo buscó analizar la trayectoria académica de mujeres en el curso de Geografía de la Universidad Federal de Viçosa (MG), considerando pasajes sexistas en la formación estudiantil presentes en el currículo académico y en las relaciones de género desarrolladas dentro de la comunidad académica. Se utilizaron los siguientes procedimientos metodológicos: revisión de literatura, entrevistas semiestructuradas, cuestionarios y análisis documental. Se constató que durante la carrera, las alumnas participaron mayormente del campo de investigación, pero, se observó un gran número de mujeres en el área de Licenciatura. La disparidad numérica entre los géneros del cuerpo docente se evidenció como una de las situaciones sexistas, así como manifestaciones machistas, producidas y reproducidas en la carrera. Se notó la implicación de la esfera privada en la pública como un factor limitante para la plena formación académica de las alumnas, entre otros aspectos relacionados a: acoso y hostigamiento, jerarquía, ausencia y/o pocas discusiones direccionadas a las temáticas género y feminismo, cumplimiento de papeles de género, condición social y sensación de no pertenecer al espacio público académico. El estudio es relevante, pues, se ubica en la frontera del vasto campo de discusiones de la Geografía y temas contemporáneos que impactan la producción y la transformación del espacio geográfico.

**Palabrasclave:** Género; Mujer; Ciencias Geográficas.

## INTRODUÇÃO

O patriarcado, enquanto sistema opressor às mulheres, assola a sociedade desde períodos longínquos da história, os quais não são especificamente datados, uma vez que acontecimentos dessa natureza não ocorrem de forma repentina, mas sim gradual. De acordo com estudos antropológicos propostos por Muraro (2002), tendo em vista as sociedades pré-históricas, acredita-se que houve a passagem paulatina de uma sociedade matricêntrica para outra patriarcal. Segundo a autora, este fato deveu-se à capacidade das mulheres gestarem, pois, junto ao nascimento da criança, um trabalho instaurava-se, ocupando-as principalmente das funções relacionadas ao provimento da vida.

Essa breve contextualização a respeito das origens do patriarcado, revela que a dominação do homem sobre a mulher não é algo natural, ela está situada no tempo e no espaço, sendo assim, socialmente e culturalmente construída, ao contrário do que disseminam o senso comum e ideologias derivadas do mito da superioridade masculina, como algo intrínseco ao sexo biológico. Embora esta superioridade seja fantasiosa, indivíduos do gênero feminino permanecem em situações de subalternidade perante diferentes ocasiões e, incluída nesta gama, está a experiência universitária.

A universidade, qualificada como local de construção e transmissão do saber científico, há muito se configura como lócus de negação à presença feminina, fato claramente confirmado tendo em vista a história de seu surgimento, que segundo Simões (2013), ocorreu durante o século XI na Itália. Dessa forma, fica evidente que a produção do conhecimento científico se origina em uma conjuntura de monopólio masculino, branco, cisheteronormativo e burguês.

A despeito destas origens, forjadas em severo patriarcalismo, de acordo com os dados obtidos na pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a porcentagem de matrículas brasileiras no ensino superior, em 2020, foi de 42% para homens e de 58% para as mulheres, considerando-se as instituições públicas e privadas. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afirma que “desde a década de 1970 o público feminino destaca-se como porção majoritária na área da pesquisa”, todavia, ainda carrega heranças de uma condição de

desprestígio, o que se verifica tendo em vista que os cargos de poder dentro das instituições, em sua maioria, são ocupados por homens. Cabe contextualizar, que tais dados não revelam importantes recortes sociais, como o étnico-racial e o de classe, portanto, não é possível mensurar estatisticamente a heterogeneidade de grupos de mulheres pertencentes a este todo.

No contexto da Geografia, campo do conhecimento analisado neste estudo, a pesquisa que embasa este artigo, constatou que a lógica citada acima não se faz diferente. Algumas de suas subáreas revelam uma verdadeira divisão sexual do trabalho e, frequentemente, estruturam-se reproduzindo a lógica de cumprimento de papéis de gênero. Tendo em vista que tal realidade fomenta segregação e desigualdade entre os gêneros, a universidade torna-se, por conseguinte, mais um dos cenários onde disputas se materializam.

Segundo Silva (2009), as universidades e centros de pesquisas tratam-se de “espaços masculinizados”, entendidos como locais tradicionalmente marcados pela branquitude, que, por sua vez, produziu majoritariamente conhecimento a serviço das classes dominantes. De acordo com a autora apud César (2013, p.19), ao analisar o campo da Geografia, verifica-se que “as mulheres geógrafas brasileiras, mesmo participando ativamente da produção científica geográfica no Brasil, ainda não alcançam o mérito da produção científica masculina”.

De acordo com essa controversa questão envolvendo a discussão de gênero, latente na sociedade atual, e entendendo que a universidade reproduz desigualdades contidas no cotidiano espacial, o meio que serviu de base para o desenvolvimento desta pesquisa, é uma das grandes e mais antigas universidades públicas brasileiras, a Universidade Federal de Viçosa. A instituição data de 1926, como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Esav) e atingiu sua federalização no ano de 1969. Atualmente conta com três *campi*: UFV - Viçosa, UFV - Florestal e UFV - Rio Paranaíba.

O ambiente acadêmico em questão é composto por uma comunidade que ultrapassa o número de 20.000 estudantes e o dado mais recente, obtido no sítio eletrônico da instituição, relacionado ao quantitativo de professores, mostra que em 2021 o quadro de docentes era de 1.170, dos quais o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, dispunha de 227 e apenas 09 compunham o quadro do curso de Geografia.

É no bojo desta Universidade, agrária e masculina, que há vinte e três anos nasceu o curso de Geografia. Diante desta constatação emergiu o problema de pesquisa: “Como a formação da geógrafa é atravessada pelo sexismo no curso de Geografia da UFV?”.

Este estudo busca revelar a existência de uma problemática comumente desacreditada, já que naturalizada socialmente. Além disso, soma-se ao interesse das *Geografias Feministas*, pois, busca entender a realidade da maioria das sujeitas que espacializam e territorializam dia a dia, as mulheres. Economicamente demonstra relevância, visto que, quanto maior o nível de qualificação de uma pessoa maiores são as chances de galgar melhores cargos no mercado de trabalho, o que irá interferir diretamente no poder aquisitivo e conseqüentemente na qualidade de vida do indivíduo, reverberando assim em sua posição e atuação na reprodução societal. Desse modo, identificar e entender fatores limitantes na formação da estudante de Geografia permite relacioná-los ao futuro profissional desta mulher e atacá-los enquanto entraves.

Para pautar todo este debate, buscou-se desvendar incompatibilidades, analisadas também pelo viés de algumas categorias de análise caras ao pensamento geográfico, enfatiza-se: o espaço e o território; tendo em vista o potencial de ambas para descrever e compreender as engrenagens que movem a sociedade patriarcalista.

Acredita-se que uma melhor compreensão acerca desta dinâmica possibilitará a ampliação do debate e trará diferentes olhares que contribuirão para mudanças necessárias na estrutura social vigente.

## **METODOLOGIA**

As escolhas metodológicas que deram suporte ao mapeamento dos dados, basearam-se na aplicação de questionários, na realização de entrevistas semiestruturadas, além do levantamento de informações via pesquisas documentais e bibliográficas.

De posse das respostas, obtidas a partir da contribuição das(os) sujeitas(os) participantes, foi elaborada uma categorização das informações com base em atravessamentos (positivos e negativos) para a formação estudantil. Tais categorias derivaram das falas das(os) entrevistadas(os) e das(os) respondentes dos questionários, uma vez que a ocorrência de algumas expressões foi significativa quando considerado o

total de respostas.

As categorias elencadas foram: 1- Potencialidades (atravessamentos positivos) na/para a formação da geógrafa; 2- Limitações (atravessamentos negativos) na/para a formação da geógrafa; e, 3- Ocupação do espaço público. Estes três eixos desdobraram-se em diversas subcategorias, são elas: 1.1- Representatividade de gênero/ Acolhimento (fator de atração); 2.1- Ausência de representatividade de gênero (fator de repulsão); 2.2- Assédio/ Constrangimento (fator de repulsão); 2.3- Machismo (produzido e reproduzido); 2.4- Hierarquia (poder); 2.5- Sobrecarga no trabalho; 2.6- Ausência/ Insuficiência de discussões sobre as temáticas gênero e feminismo; 2.7- Cumprimento de papéis de gênero; 2.8- Renda (classe social); 3.1- Territorialização e espacialização por gênero e 3.2- Sensação de não pertencimento.

A população de amostra foi definida com base em uma escolha intencional a partir dos critérios: gênero, raça/etnia, momento de ingresso no curso e área do conhecimento, este último aplicou-se apenas aos(as) docentes.

Receberam questionários 80 pessoas, entre estudantes egressas(os) e regularmente matriculadas(os). De maneira específica: 24 mulheres egressas, 31 homens egressos, 21 mulheres com matrículas ativas e 4 homens na mesma condição. Foram selecionadas ainda outras 4 alunas para responderem à entrevista semiestruturada. Tal entrevista foi realizada também com as professoras e os professores do curso de Geografia, que se propuseram a participar e com uma docente de área colaborativa. Participaram 03 docentes mulheres, sendo 01 delas de área externa à Geografia e 03 docentes homens, pertencentes ao Departamento em questão.

Como parte dos procedimentos metodológicos, adentrou-se ainda nas discussões feministas, uma vez que caminham *pari passu* com a temática de gênero. Nesse sentido, as abordagens teórico-metodológicas que iluminaram as interpretações do fenômeno remetem-se aos feminismos: decolonial e marxista.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### **A graduação da geógrafa: escolha ou tendência ao cumprimento de papéis de gênero?**

Falar sobre escolhas autenticamente livres, quando se relaciona esta questão a minorias políticas inseridas em uma sociedade burguesa, racista, heteronormativa e patriarcal, composta por regras e condicionamentos próprios, torna-se contraditório. As “escolhas” neste caso, podem ser traduzidas enquanto direcionamentos regidos por caminhos específicos, ou seja, definidos estruturalmente à priori e que não permitem opções genuínas.

Portanto, pensar a situação da geógrafa em formação, no que tange às escolhas feitas por esta mulher, requer atenção para apontamentos tidos como subjetivos, mas que não podem ser obscurantizados, uma vez que se tratam de depoimentos oriundos das falas das próprias alunas. Logo, revelam um retrato de sua condição enquanto estudante.

Antes de atingir o cerne da questão que intitula o presente tópico, é interessante lembrar que os gêneros assumem papéis relacionados ao que se entende por masculino e feminino, quando se pensa na problemática do binarismo, destaque central para a discussão pretendida. Dentro desta perspectiva, acredita-se que a formação masculina se capilariza com maior intensidade, tendo em vista que a produção do conhecimento geográfico em si, como bem menciona Silva (2003), está calcada em uma perspectiva andrógena e caracteriza-se por uma invisibilidade do papel feminino na produção do espaço.

Este aspecto é relevante para refletir a respeito de escolhas, já que invisibilizada, a mulher não protagoniza e, não assumindo tal lugar, tende a se adaptar a uma dinâmica prévia, de reprodução do espaço e não de transformação. Partindo desse raciocínio, é coerente afirmar que há um cumprimento de papéis, porém, ao analisar as falas das estudantes, percebe-se que a afirmativa anterior se torna taxativa e generalista se considerada enquanto evidência única, uma vez que o relato das mesmas, ora concorda, ora discorda com a assertiva.

O artigo intitulado “Geografias Femininas: papel do gênero na geografia brasileira”, assevera a discrepância entre a inserção de homens e mulheres na área de Geomorfologia e questiona: “Geografia humana. O lugar das mulheres?”. Em trecho de entrevista presente no artigo, tem-se a fala do renomado geógrafo Pedro Geiger, na ocasião, estudante de Geografia da Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro, entre

os anos de 1940 e 1942. Ele apontou claramente a diferença outrora dada às(aos) estudantes de Geografia em seu curso de graduação:

[...] Eu me lembro de que nos ônibus de expedição a geomorfologia sentava na frente, e a geografia humana, na parte de trás. Em uma dessas ocasiões não havia cavalos suficientes; os geomorfólogos os pegaram e foram em frente, cavalgando, e as mulheres, isto é, a geografia humana, tiveram que subir a montanha a pé e ficaram furiosas (ARANHA, 2018, *Jornal da USP*).

No aspecto macro, não há como negar que o fenômeno sexismo permeia as relações de gênero, ele é condição *sine qua non* sua existência. Como já entendido, a dicotomia entre os sexos é notória e reflete-se em relações desiguais, tendo em vista as formas como homens e mulheres são compreendidos socialmente. Essa diferença, segundo Massey (2008, p. 251), advém também do fenômeno da globalização que, para ela, parece estabelecer uma “cartografia de gênero”, conceito explicativo da maior mobilidade de homens pelo espaço. Ao falar sobre os espaços globais, como por exemplo os laboratórios científicos, a autora aponta uma nítida diferença entre suas dinâmicas e seus frequentadores, quando comparados ao lar.

Dessa forma, ao encontrar-se inserido em um contexto global, o curso de graduação em Geografia da UFV, não está isento às problemáticas estabelecidas no espaço geográfico. Tanto que, ao ser indagada a respeito de atravessamentos sexistas na formação da geógrafa, uma das alunas egressas, em entrevista semiestruturada, respondeu que o preconceito era praticado principalmente em relação às mulheres que optavam por direcionar seus estudos para a Geografia Física. Segundo ela, uma fala corriqueira proferida por alguns docentes era: “Vocês não vão dar conta disso, Geografia Física é coisa de homem!”

Porém, há vezes em que a realidade e a teoria se encontram, outras nem tanto. E é em conformidade a este contexto paradoxal que se deram as respostas das pessoas entrevistadas nesta pesquisa. Em alguns relatos constatou-se a presença de sinalizações relativas à opressão de gênero e em outros, este aspecto foi negado. Assim, é coerente afirmar que a formação da geógrafa na UFV é, em certa medida, atravessada pelo

## COMO A FORMAÇÃO DA GEÓGRAFA É ATRAVESSADA PELO SEXISMO NO CURSO DE GEOGRAFIA DA UFV?

sexismo, porém, verifica-se que este atravessamento está ligado à percepção de mundo de quem o vive.

Neste sentido, considerar as discussões feministas e de gênero dentro da academia é fundamental, pois são ferramentas potentes que dão a base para a consciência feminina de sua existência enquanto mulher no espaço em que habita. Dotada de um arcabouço teórico que possibilite seu empoderamento, definido para o feminismo, segundo Moreira (2022) como emancipação e forma de resistência, a estudante de Geografia torna-se apta a fazer uma leitura adequada do espaço geográfico, bem como transformá-lo.

Quando questionadas se as discussões de gênero e feminismo permearam ou permeiam as disciplinas do curso e se estas tiveram influência em suas escolhas de formação acadêmica, as respostas das estudantes configuraram as seguintes porcentagens:

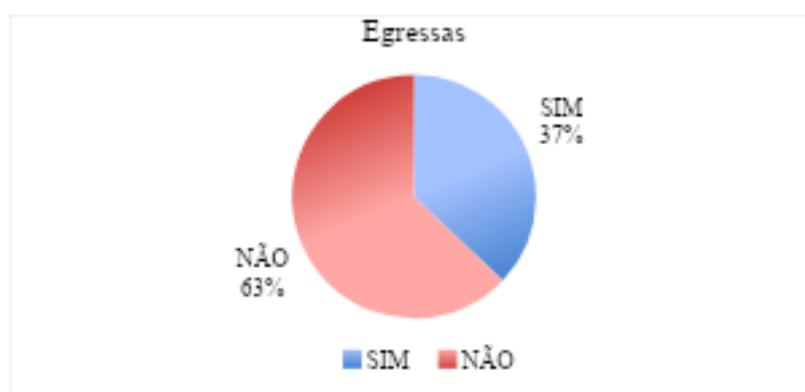


Figura 1: elaborada pela autora.

Para aquelas que confirmaram a ocorrência, 60% disseram que não houve influência em suas escolhas dentro do curso, já 40% afirmaram que sim, que foi importante o contato com estes assuntos, pois ampliaram o espectro para a “leitura” da realidade e conseqüentemente suas escolhas.

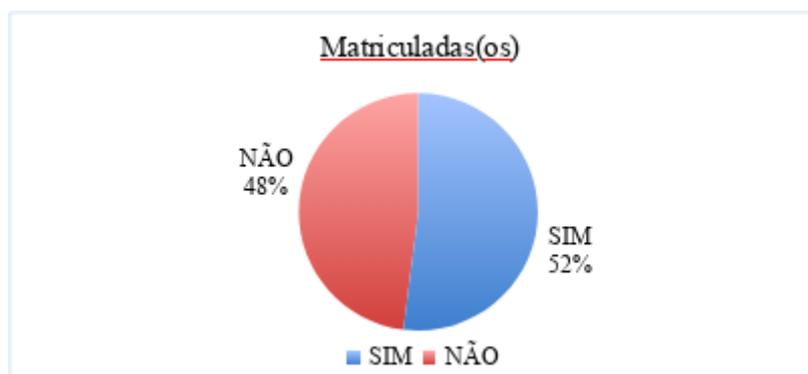


Figura 2: elaborada pela autora.

As(os) respondentes que sinalizaram positivamente, relataram que tais discussões são feitas pontualmente e com pouca expressividade, 60% alegaram não perceber a influência destas abordagens em suas escolhas formativas.

Diante dos dados apresentados, apura-se a ocorrência de um aumento nos debates de gênero e feminismo nas disciplinas obrigatórias do curso de Geografia, que passaram de 37%, entre os anos de 2001 e 2015, para 52%, nos últimos anos, porém não se confirmou uma influência marcante destes assuntos nas escolhas acadêmicas das(dos) estudantes.

Tendo em vista o quesito representatividade, comprovou-se que a maioria das alunas, egressas e matriculadas, não se sentiram representadas pelo quantitativo feminino de professoras: 03, enquanto os docentes aparecem em dobro: 06. Porém, apesar do número reduzido de mulheres na docência deste curso, as estudantes, na maioria das vezes, sentiram-se mais acolhidas por elas, o que pode ser observado a partir das falas a seguir, provenientes da seguinte pergunta: “Você já vivenciou alguma situação relacionada a instâncias superiores dentro da Universidade que a impediu de seguir em determinada área de formação?”

Já fui perseguida por um professor homem, que menosprezava minhas colocações e tentava a todo custo me diminuir em público. Curiosamente, antes não percebia isso como machismo, hoje sim (Resposta dada por estudante egressa do curso de Geografia da UFV, ao questionário aplicado entre março e maio de 2023).

Não, optei pela Licenciatura, lugar onde mulheres são maioria (Resposta dada por estudante egressa do curso de Geografia da UFV, ao questionário aplicado entre março e maio de 2023).

Embora muitas das experiências vivenciadas por cada pessoa sejam únicas, existem padrões que revelam ocorrências de situações que se aplicam a grupos, assim, entende-se que tais atravessamentos estejam ligados a esferas estruturais da sociedade e não a situações particulares. As falas supracitadas demonstram que algumas estudantes se sentiam consideravelmente mais seguras e acolhidas quando compartilhavam seus momentos de formação com as docentes. Porém, existem controvérsias, como percebe-se no relato a seguir, no qual a discente apontou ter vivenciado constrangimentos advindos de mulheres.

[...], não na graduação, mas no mestrado, sofri abusos morais, que me fizeram desistir da vida acadêmica, isso me marcou muito. [...] me senti humilhada e desrespeitada por minhas orientadoras. [...] ainda estamos muito longe de diminuir o machismo dentro do curso de Geografia. (Resposta dada por estudante egressa do curso de Geografia da UFV, ao questionário aplicado entre março e maio de 2023).

A passagem é reveladora da reprodução de posturas machistas praticadas por mulheres, o que demonstra a necessidade de um olhar atento, por parte deste grupo, no intuito de entender que o gênero deveria uni-las e não separá-las.

Ainda sobre os relatos anteriores, que demonstram a ocorrência de constrangimentos vivenciados pelas alunas, é possível afirmar que tal aspecto interfere negativamente na trajetória acadêmica da estudante de Geografia, pois, a impacta, provocando desmotivação e conseqüente “abandono” de alguns caminhos na carreira acadêmica. Nesse sentido, é conveniente dizer que o “poder de escolha” da discente é ceifado por uma dimensão estrutural que atravessa sua formação, o fenômeno do machismo.

Na tentativa de identificar padrões de ocorrência do machismo, questionou-se às estudantes, se o sexismo é uma característica presente no curso de graduação em Geografia da UFV e, conseqüentemente, em suas formações. As respostas variaram, mas em 63,3% delas, foi mencionada a falta de paridade numérica entre as(os) docentes do curso, o que segundo as respondentes, é uma expressão clara da desigualdade de gênero e falta de representatividade.

Como verificado ao longo da discussão, a formação da geógrafa ora perpassa por uma “liberdade de escolhas”, ora pela impossibilidade de fazê-las, uma vez que são interrompidas por atravessamentos sexistas. Esta mulher, porém, busca formas para conquistar cada vez mais seu espaço no ambiente universitário, imprimindo sua territorialidade, seja individual ou coletiva, nos ambientes que frequenta.

#### **A ocupação feminina no ambiente universitário. Há limites para essa inserção?**

Entendido a partir da proposição de Doreen Massey (2008), o espaço é complexo, multifacetado e pode ser entendido através das relações sociais que o produzem. É também heterogêneo, pois, dotado de multiplicidades e, portanto, está em contínuo processo de transformação, sendo assim produzido e reproduzido.

Na perspectiva de Raffestin (1993), o território emerge como resultado da territorialização dos sujeitos no espaço geográfico e este, por sua vez, o antecede. Dessa forma, é possível inferir que aquilo que é construído é também dotado de intencionalidade, portanto, a partir deste prisma, o espaço acadêmico constitui-se enquanto território condicionante de privilégios maiores ou menores, a depender de quem o ocupa.

Como verificado a partir dos dados coletados, as estudantes de Geografia da UFV inserem-se nos mais diversos ambientes relacionados à sua formação no campus desta Universidade, não encontrando concretamente entraves para isso. Elas frequentam laboratórios, fazem parte de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, participam de grupos de estudos, coletivos identitários etc. Porém, apesar da aparente democratização deste espaço público, sabe-se que os diferentes corpos experienciam de forma distinta o espaço geográfico. Inúmeros são os fatores que levam a tal disparidade e seria ingênuo acreditar que o gênero não se constitui enquanto um atravessador relevante. Silva (2003) lembra que um dos pontos centrais para a leitura espacial a partir de uma perspectiva da Geografia Feminista é o fato de que:

[...] mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim, suas relações com os lugares são diferentes também. Além disso, essas diferenças são resultado de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes lugares e em diferentes tempos (Silva, 2003, p. 36)

Valendo-se da leitura proporcionada por Doreen Massey, Claude Raffestin e Joseli Maria Silva, a respeito do espaço, do território e das potencialidades das interferências dos diferentes sujeitos sociais na produção dos mesmos, verificou-se que um dos desafios à espacialização e territorialização da aluna, relaciona-se a aspectos intrínsecos à sua própria condição feminina. Este cenário pode ser entendido não somente a partir da vivência acadêmica em si, mas também de sua vida para além da universidade. Nesse sentido, considera-se as questões relacionadas à vida na esfera privada, onde mulheres, em sua maioria, deparam-se com afazeres domésticos que recaem, em totalidade, ou quase, sob sua responsabilidade. Ressalta-se que os ditos “aspectos

intrínsecos” à condição feminina, neste caso, não se relacionam ao fator biológico, mas sim a condicionantes socioculturais e estruturais.

Arruzza (2006) alerta acerca da teoria da reprodução social, proposta pelas feministas marxistas e socialistas, onde discorre a respeito do papel imposto à mulher e por ela exercido, na esfera privada, para atender aos interesses de um sistema político e econômico que explora, oprime e se beneficia lucrativamente.

A autora sugere tal teoria não somente para reflexões sobre o papel feminino na sociedade capitalista mas, de forma mais abrangente, para análises sobre a reprodução do próprio sistema, já que, em seu modo de pensar, este não sustenta-se apenas devido a automatismos, mas liga-se totalmente à reprodução da vida humana, a qual origina-se e mantém-se, majoritariamente, devido ao trabalho feminino. Arruzza (2016), assegura que:

Uma teoria unitária da reprodução social implicaria a compreensão da abrangente lógica da acumulação ampliada capitalista de uma maneira que é substancialmente diferente de uma lei mecânica. O capital, de fato, não é uma máquina. Enquanto o automatismo é um dos traços do processo de auto-valorização do valor, o entendimento do processo de reprodução do capitalismo não pode estar simplesmente apoiado em uma compreensão de seus aspectos automáticos. Esses, de fato, são constantemente combinados com a agência humana e com a agência de classe dentro do processo de reprodução total, de maneira que perder de vista um desses aspectos leva a uma compreensão muito empobrecida do funcionamento fundamental da acumulação ampliada capitalista (Arruzza, 2016, p. 56).

Outras autoras, como Bhattacharya, Fraser, Safiotti e Federici, abordam as jornadas duplas e triplas assumidas por mulheres, que além do trabalho formal, assumem os afazeres domésticos. Estes, apesar de fundamentais para a existência e continuidade da vida, são invisibilizados como estratégia para garantir ganhos ao capital, uma vez que se introjetou no imaginário social que a trabalhadora do lar exerce tal tarefa por amor à sua prole.

O depoimento de uma estudante, a respeito da interferência do trabalho doméstico em sua formação, alude à argumentação anterior. Esta mulher afirmou que tais tarefas impactaram em sua performance acadêmica. Em suas palavras: “Sim, porque eu

trabalhava mais que colegas sem filhos e o pior, nunca fui paga para isso. Criei força de trabalho qualificada sem receber um real por isso, pelo contrário, tive apenas gastos e preocupação”.

Em consonância a dados levantados pelo IBGE, verifica-se que as problematizações feitas pelas autoras e confirmadas pela aluna, ainda se aplicam. Segundo o site IBGE Educa (2023, n.p.), “em 2019, os homens dedicaram em média 11 horas por semana aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, enquanto o tempo dedicado pelas mulheres a estas tarefas foi de cerca de 21 horas e meia por semana”.

Outros relatos concernentes a essa problemática foram proferidos por algumas alunas, que sinalizaram a sobrecarga do trabalho doméstico e o impacto deste sobre suas formações, sendo este um dos limitadores para sua plena inserção no ambiente acadêmico.

Quando questionadas(os) acerca da responsabilidade com as tarefas domésticas e se estas interferiam ou interferem no desempenho acadêmico, houve uma prevalência de respostas positivas, dadas tanto por mulheres quanto por homens, o que evidencia relativa mudança na predestinação deste papel às mulheres. Dentre a vasta gama de depoimentos, destaca-se o seguinte:

[...]. Como trabalho, estudo e tenho tarefas domésticas, não consigo ter o mesmo proveito e desempenho de estudantes do meu curso que tem o tempo livre. Portanto, interfere sim! (Resposta dada por estudante regularmente matriculada do curso de Geografia da UFV, ao questionário aplicado entre março e maio de 2023).

Entender as implicações da esfera privada na pública, a partir da visão proposta pelo feminismo de cunho marxista, esclarece que a produção do espaço acadêmico ocorre a partir da interação das diferentes classes, que abarcam grupos variados. Assim, tanto o sujeito que exerce o poder, quanto o excluído, deixam suas marcas no espaço público. Como ressalta Carlos (2013, p. 82), “a produção espacial é a expressão das contradições da sociedade que aparece na paisagem pela justaposição de riqueza e pobreza [...]”, ou pela justaposição de outras oposições mais, como a de gênero, embebida em seu binarismo, ou a de raça.

Todos os aspectos abordados revelam entraves na real inserção feminina universitária, porém, é devido a situações desafiadoras que surgem alternativas e propostas de mudanças às realidades existentes. Ao refletir a respeito do espaço geográfico acadêmico da UFV, há de se ressaltar a presença de mulheres à frente de laboratórios que compõem esta instituição. As professoras inseridas no Departamento de Geografia, estão na dianteira de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, contribuindo, desta maneira, para a construção de locais representativos para as estudantes do curso.

São elas, mulheres negras e brancas, que coordenam ou já coordenaram Programas de Iniciação à Docência; o Núcleo de Geografia de Residência Pedagógica; o Mestrado Acadêmico; que já estiveram à frente da chefia do departamento, dentre outras funções. Estas docentes estiveram ou estão presentes também em grupos de estudo e pesquisa interdisciplinares presentes na Universidade, a exemplo tem-se: o Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NIEG/UFV); o Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO/UFV) e o Programa Espaço de Ciências "Entre Folhas".

Ao entender o espaço acadêmico para além dos muros da Universidade, uma vez que no mundo atual as conexões são estabelecidas também pelos fluxos, definido por Milton Santos (1988, p. 38) como “um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam”, há mulheres que integram e possibilitam o intercâmbio com programas e projetos de outras instituições, brasileiras e internacionais. É o caso do vínculo com o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e o Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), situados na Unesp de Presidente Prudente. Outros exemplos deste tipo de iniciativa, referem-se a ações docentes à frente do Programa da Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE) de Apoio à Pesquisa para Jovens Docentes Pesquisadores; à coordenação e participação em projetos financiados pela Agência Nacional de Pesquisa (França) CAPES, FUNARBE, CNPq e FAPEMIG etc.

Diante destas evidências e da ideia trazida por Silva (2003) sobre a produção do espaço ser ocasionada pelo gênero e não o contrário, é notável a importância destas professoras na construção de espaços acadêmicos, que, por suas vezes, não devem ser lidos como femininos, mas como ambientes capazes de enxergar seus pares com maior

acolhimento e empatia, em detrimento daqueles que, porventura, possam ser hostis para as mulheres.

Os limites para a inserção da estudante de graduação em Geografia no ambiente universitário não se materializam de forma concreta, mas fazem parte de toda uma organização social e econômica que, através de discursos e performances viris, potencializam e reafirmam posições para os diferentes sujeitos dentro deste espaço. Sendo assim, é interessante pensar na existência de uma identidade feminina como importante agente na compreensão do espaço, pois, é partir desta identidade, que questões relacionadas ao poder e à hierarquia, ocasionadoras de assimetrias, como bem aponta Silva (2003), são tensionadas a fim de que sejam reconfiguradas.

### **Mulher, um corpo subversivo na universidade**

A forma como cada ser humano experimenta sua estadia no espaço geográfico tem relação direta com atravessamentos de variadas ordens, inclusive com aqueles relacionados à forma física, o que inclui: etnia, sexualidade, raça, idade, gênero etc. Assim, é correto dizer que a universidade não se isenta de acolher de forma diferenciada os distintos corpos que a ela frequentam.

Dessa maneira, ao pensar a relação instituição e corporeidade, cabe retomar que a criação deste local se deu através de sujeitos específicos, para atingir a um nicho igualmente específico. O fato de a universidade ter sido criada por homens caucasianos diz a respeito de quem foram e ainda são os detentores do conhecimento e, conseqüentemente, empossados de poder. Essa lógica, está envolvida em problemáticas relevantes no contexto social atual e tais adversidades associam-se à presença das minorias no espaço acadêmico. Compendo as mulheres uma minoria política, a figura feminina configura-se enquanto um corpo estranho no espaço de construção do saber formal.

Analisar o espaço a partir da corporeidade significa entender o corpo como uma dimensão capaz de contribuir para o debate geográfico. Faz sentido tal compreensão, uma vez que os(as) sujeitos(as) que territorializam, o fazem de diferentes maneiras, não somente devido às suas peculiaridades culturais, mas também por imposições

hegemônicas sobrepostas ao corpo, já que algumas características fisionômicas, como por exemplo cor e sexo, sempre foram marcadores de hegemonia ou subalternidade concomitantemente.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que os ditos corpos dissidentes, estiveram, ao longo de um extenso período, e ainda permanecem, subalternizados. Haesbaert (2021, p. 173) reitera essa ideia ao dizer que “devemos reconhecer também a longa negligência e/ou o menosprezo em relação à multiplicidade inerente ao próprio corpo, ou seja, suas manifestações em termos de classe, gênero, raça, nacionalidade, capacitação física e idade ou faixa geracional.”

Porém, em contrapartida à lógica hegemônica, formas de resistência surgem. Estas se materializam através da presença dos “corpos desiguais”, ou seja, aqueles que refletem a figura de sociedades exploradas e oprimidas. Este movimento de contraposição, configura importante mecanismo de re-territorialização e de (r)existência, termos cunhados também por Haesbaert (2021). (R)existir, neste caso, é muito mais do que apenas permanecer diante da discordância, é, na verdade, encontrar novas formas para existir, para se manter vivo(a) em uma sociedade marcada por violências diversas.

Lima (2023), vai além, ao extrapolar a ideia dos corpos compondo o espaço, para o autor, assim como para Valentine, apud Johnston e Longhurst (2023, p. 43), “os corpos não estão no espaço, [...] são o espaço.”

Em consonância a ambas as perspectivas, é possível traçar um paralelo entre corpos dissidentes e a inserção da mulher na universidade, pois, como é sabido, o sujeito normatizado é quem adquiriu protagonismo também na formação acadêmica e inevitavelmente manteve posição de centralidade e privilégio.

Nesse sentido, a universidade, até os dias atuais, reflete assimetrias relacionadas ao gênero que remetem ao surgimento da instituição. Ainda hoje, homens ocupam os cargos de maior prestígio dentro dos centros de ensino superior, ficando as mulheres, na maioria das vezes, em posições coadjuvantes, mesmo compondo a maioria numérica nestes locais. Segundo reportagem de 2023 publicada pelo IBGE, no Brasil:

[...] quanto à educação, mostra-se uma tendência geral de aumento da escolaridade das mulheres em relação aos homens, sendo que as mulheres atingem em média um nível de instrução superior ao dos

homens. Entre os homens com 25 anos ou mais de idade, 15,1% têm ensino superior completo. Já entre as mulheres com 25 anos ou mais de idade no país, 19,4% completaram o ensino superior (IBGE, 2023c, <<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/20459-mulheres-brasileiras-na-educacao-e-no-trabalho.html>>).

Assim, ainda que não numericamente, o espaço acadêmico coloca-se enquanto ambiente masculinizado e, segundo Silva (2009) interdito, pois não permite que os diferentes gêneros o experimentem de forma igualitária. O pensamento trazido pela autora dialoga com a ideia de espaço e território proposta por Lefebvre apud Raffestin (1993), quando este diz que o espaço se transforma em território à medida em que é produzido. Logo, ao entender a universidade como espaço interdito para as mulheres, fica claro que o mesmo constituiu-se a partir da intencionalidade de sujeitos específicos, que territorializam de modo a dominar cada vez mais este território.

Partindo desta breve concepção de território provocada pelos autores e indo ao encontro do pensamento de Silva, fica evidente que a universidade se organiza enquanto território a partir do trabalho, energia, intenções e poder daqueles que a conceberam. Existe aí uma problemática clara, que atenta para a ideia de que o território voltado à produção do saber científico, apesar de se dizer plural, ainda carece de avanços neste quesito.

A diversidade aparente hoje neste território é possibilitada por ações capazes de promover alterações na estrutura vigente, como a implementação de políticas públicas afirmativas e a organização de coletivos acolhedores para as minorias.

Para além da realidade de surgimento da instituição, que faz entender o gênero feminino menos ambientado ao espaço acadêmico do que seu par oposto, tem-se também os atravessamentos de cunho sexista, os quais provocam certo retraimento do corpo feminizado ou até mesmo levam à sua ausência neste espaço, que passa a ser então local de negação para as sujeitas que o frequentam. Como exemplo, tem-se laboratórios voltados a certas áreas, nas quais a presença masculina é majoritária e, conseqüentemente se impõe.

Retomando o pensamento de Lima (2023), que afirma ser o corpo o próprio espaço, em conformidade com aquele proposto por Johnston e Longhurst (2023), que

acreditam ser ele a Geografia mais íntima, percebe-se que a corporeidade está para além de um simples elemento destoante da análise geográfica, pelo contrário, “nossos corpos fazem diferença em nossa experiência de espaços e locais. Nosso tamanho, formato, saúde, aparência, vestimenta, comportamento, sexualidade e práticas sexuais afetam como nós respondemos aos outros e como as pessoas respondem a nós” (Johnston e Longhurst, 2023, p. 41) e, conseqüentemente, como conduzimos a configuração daquilo que chama-se espaço geográfico.

A cultura do estupro é um exemplo claro de como os corpos dos diferentes gêneros estão expostos à violência. Sabe-se que uma mulher, em local ermo, independente do horário, está consideravelmente mais propensa a sofrer algum tipo de agressão do que um homem. Dados do Ipea (2023), estimam que ocorra no Brasil cerca de 822 mil casos de estupros por ano.

Diante deste contexto, é comum a existência de discursos legitimadores do cerceamento feminino e de outros corpos destoantes da perspectiva heteronormativa, como é o caso dos transexuais, das travestis etc., ao espaço geográfico. Em convergência, tem-se a ocorrência deste tipo de conduta nas universidades, que por serem regidas pela estrutura imposta, em maior ou menor grau, limita ou até mesmo impede a presença feminina em determinados locais, desautorizando a mulher em seu direito de ir e vir, de se portar, de se vestir, colocando, ainda atualmente, sua conduta como determinante das violências e opressões por ela vivenciadas.

Dessa maneira, é notório como a dimensão corpo relaciona-se à conformação do espaço geográfico e é, ao mesmo tempo, por ele moldada, em uma relação paradoxal, uma vez que ambos se interferem.

### **Espacialidade e territorialidade como formas de resistência**

Introduzida a discussão sobre corpo e análise espacial geográfica a partir da presença feminina no ambiente universitário, é possível entender que o espaço, ao tornar-se território, não é neutro. Logo, o ato de territorializar coloca-se como forma de afirmação identitária de um grupo ou pessoa, podendo tal identidade manifestar-se tanto em âmbito concreto quanto simbólico.

Homens e mulheres tendem a almejar caminhos que atendam a seus interesses enquanto seres únicos e coletivizados a partir de seus pares. Nesse sentido, as estudantes da UFV, por iniciativas próprias ou inseridas em grupos, atuam de forma a marcarem suas presenças no espaço acadêmico em que se encontram inseridas.

É a partir dessa resistência que a transformação estrutural acontece, levando à ocorrência de novas narrativas que contribuem com a construção do espaço geográfico. Como aponta Massey (2008, pág. 31), “o espaço deve ser imaginado como a esfera de possibilidade da existência da multiplicidade [...] sempre em processo, nunca como sistema fechado”.

Uma das formas de resistir ocorre através da conscientização dos grupos sociais, que ao entenderem os mecanismos de manipulação sob o qual se inserem, traçam caminhos para a reversão desta lógica. Em vista disso, é possível apontar a consciência de gênero e o(s) Movimento(s) Feminista(s) (MF) como ferramentas disponíveis para a luta contra a exploração e a opressão; e a universidade, ao mesmo tempo em que não se constitui enquanto território feminino, é o campo fértil que subsidia a discussão, inovação e aplicabilidade das teorias feministas.

Como aponta Margareth Rago (2021), o feminismo promove uma transformação cultural que é muito relevante no que tange à mudanças na estrutura social. Neste sentido, é possível encontrar grupos que exercem esse tipo de atuação dentro da UFV, sejam diretamente vinculados ao curso, como é o caso do Centro Acadêmico de Geografia, atualmente representado pela gestão Chico Mendes, mas principalmente interdisciplinares, a exemplo do NIEG, do Movimento de Mulheres Olga Benário, do Ambulatório LGBTQIA+, do Meios (Grupo de Pesquisa em Comunicação, Relações Raciais e Gênero) e outros grupos formadores de consciência de gênero, existentes na instituição.

O território da UFV, tomado por disputa de narrativas, tende a ser conservador, por tratar-se de uma Universidade enraizada em uma cultura interiorana, agrária e tradicionalista. Todavia, embates se fazem presentes e grupos marginalizados têm conquistado progressivamente seu lugar na instituição. No caso feminino verificou-se ações como: estudantes mulheres à frente de mesas e discussões importantes em espaços formativos (semanas acadêmicas, seminários etc.); reivindicação por temas que tratem

gênero nas disciplinas; denúncias de assédio; exigência de uma literatura que contemple autoras, dentre estas, negras, latinas, indígenas, decoloniais; pesquisas que demonstrem a necessidade de dar atenção às questões de gênero. De acordo com uma das docentes entrevistadas, este devir demonstra a força daquelas e daqueles que “possuem outra forma de fazer a Geografia”.

Nesse sentido, entende-se que as estratégias utilizadas pelas estudantes de Geografia da UFV, para se autoafirmarem enquanto alunas que devem ter assegurados seus direitos ao e no espaço público, que é a Universidade, driblam a negação espacial embutida nas relações de poder que estruturam a instituição e conferem às minorias, melhores e maiores possibilidades de existência e permanência neste local.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao retomar a questão inicial, norteadora da pesquisa, “Como a formação da geógrafa é atravessada pelo sexismo no curso de Geografia da UFV?”, considera-se que, para reputar a existência e a atuação do fenômeno sexismo enquanto um atravessamento na graduação de mulheres no curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa, é preciso que se atente também às questões subjetivas não descritas em documentos oficiais. Muitas destas questões são normatizadas e, portanto, não consideradas, mas estão frequentemente presentes na oralidade advinda de vivências coletivas e particulares das sujeitas e sujeitos. Refere-se assim a relatos envolvendo situações de desconforto experienciadas pelas alunas, no que tange à relação destas com superiores hierárquicos dentro da academia.

A Geografia da UFV é atravessada pela falta de representatividade feminina no corpo docente, sendo esta a primeira evidência do fenômeno estudado. A professora representa uma importante referência de gênero para a discente em formação, a sua ausência em áreas específicas do curso, limita a inserção de mulheres nestas áreas. O Departamento de Geografia da UFV é exemplar neste aspecto, já que todos os docentes dedicados ao campo da Geografia Física são homens.

Em relação aos dados reveladores da participação feminina na área da Pesquisa, o curso manteve-se refletindo a escala macro, uma vez que mais alunas participam ou

participaram de projetos de pesquisa em detrimento dos alunos homens. Quanto à participação por gênero na Extensão, a diferença não é considerável, ficando ambos os gêneros em equilíbrio. Já a modalidade Ensino apareceu em último lugar, no quesito envolvimento em projetos, tanto para o grupo das mulheres quanto para o dos homens. Diante dessas informações, constata-se que as alunas do curso de Geografia da UFV ocupam notadamente o espaço universitário, uma vez que se inserem nos três pilares formativos da instituição.

Constatou-se que apesar do número de estudantes na Pesquisa ser significativo, as discentes egressas apresentam-se, em sua maioria, enquanto professoras da educação básica, estando assim mais voltadas ao Ensino após formadas.

Atravessamentos sexistas estruturais foram também identificados como entraves para a formação feminina no curso, neste caso, alguns relatos envolvendo denúncia de abuso moral, ridicularização da discente em relação a seu nível intelectual e a intimidação<sup>1</sup> por ser, por vezes, a única mulher em ambientes majoritariamente masculinos, apareceram nos questionários e nas entrevistas semiestruturadas.

Outro impacto negativo percebido, concerne à ocorrência insatisfatória das discussões de gênero e feminismo no currículo do curso. Cabe salientar que se refere principalmente às cadeiras próprias da Geografia, ou seja, tanto disciplinas obrigatórias quanto optativas oferecidas pelo Departamento e suas(eus) docentes.

Foram encontrados também, atravessamentos sexistas relacionados ao cumprimento de papéis de gênero, à condição social da discente e à sensação de não pertencimento ao espaço público acadêmico. Estes aspectos, nem sempre tocantes somente à vivência universitária, pois originam-se de entraves externos à instituição, como é o caso da condição socioeconômica e das implicações da esfera privada na pública, acabam por refletir negativamente na trajetória estudantil da discente.

Tendo em vista as ocorrências do fenômeno identificadas nesta pesquisa, é possível afirmar que quando considerada a grande estrutura, a formação da estudante de

---

<sup>1</sup> Neste caso, não trata-se de intimidação ocasionada por seu par oposto, mas pelo próprio sentimento de sentir-se inadequada por ser a única mulher em um laboratório, por exemplo.

Geografia é atravessada pelo sexismo, uma vez que o arranjo do curso, por si só, dá a base para a existência de condicionamentos que, mesmo sutilmente, impactam a formação da futura geógrafa, são eles: a ausência de paridade representativa no corpo docente, a ineficaz presença e, conseqüentemente, discussão, das temáticas gênero e feminismo no currículo desta graduação.

Acredita-se que dentro desta estrutura social, só há escolha quando há tensionamento, enfrentamento e resistência, caso contrário será reproduzida uma única narrativa, aquela já posta e normatizada. Então, considera-se que a(s) resposta(s) para a questão norteadora relaciona(m)-se, quando positiva, a fatores subjetivos; quando positiva ou negativa, para além da subjetividade, também a diferentes grupos e personalidades femininas, uma vez que existem aquelas que não veem problema algum na estrutura tal qual está colocada, não enxergando dessa forma as falhas presentes, e existem outras que corriqueiramente irão se indignar.

Como verificado, discentes declararam terem vivenciado situações relativas ao preconceito de gênero no curso apenas depois de tomarem consciência a respeito dessa discussão. Tais situações, apesar do desconforto gerado, não eram associadas a esse tipo de atravessamento.

Diante das evidências encontradas e da discussão realizada, acredita-se que será possível entender melhor os mecanismos que conduzem à realidade, onde mulheres ainda se encontram em posições desfavoráveis em relação ao público masculino em diversos campos, inclusive no acadêmico. Porém, é necessário reconhecer que um estudo desta natureza não é capaz de esgotar as considerações a respeito de um tema permeado por numerosas camadas. Sabe-se que este tipo de pesquisa, exploratória e qualitativa, abre espaço para que novos questionamentos surjam, resultando em novos problemas de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Patrícia. **Geografias Femininas: papel do gênero na Geografia brasileira.** Jornal da USP, 2018. Disponível em: < <https://jornal.usp.br/?p=193208> > Acesso em: 10 out. 2023.

ARRUZZA, Cíntia. **Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos.** Cadernos Cemarx, nº 10 – 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”.** 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Página inicial. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

IBGE EDUCA. **Mulheres brasileiras na educação e no trabalho.** Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/20459-mulheres-brasileiras-na-educacao-e-no-trabalho.html>>. Acesso em: 15 out. 2023.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Policy Brief. Em Questão. Evidências para políticas públicas.** Nº 22. Março, 2023. Disponível em: <[ipea.gov.br](http://ipea.gov.br)>. Acesso em: 10 set. 2023.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resultados.** Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>> Acesso em: 09 jun. 2022.

JOHNSTON, Lynda; LONGHURST, Robyn. A Geografia mais íntima: o corpo. **In: Corpos e Geografia: Expressões de Espaços Encarnados.** Ponta Grossa: Todapalavra, p. 41-66, 2023.

LIMA, Ivaldo Gonçalves de. O argumento político do corpo nas dobras do espaço liminar. **In: Corpos e Geografia: Expressões de Espaços Encarnados.** Ponta Grossa: Todapalavra, p. 69-115, 2023.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOREIRA, O. M. (2022). **O gênero para a geografia: por uma ciência feita com, por e para mulheres.** Revista Da ANPEGE. <https://doi.org/10.5418/ra2022.v18i36.13293>

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 8.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002. 205 p.

QUEM SOMOS NÓS: Episódio 193: **Novo Feminismo**. Entrevistada: Margareth Rago. Entrevistador: Celso Loducca. Disponível em: <[https://open.spotify.com/episode/6Dqc8Af6dfBG2caLpevZAI?si=tEKnWnpWRMWqEkdWWmTwbQ&utm\\_source=whatsapp&nd=>](https://open.spotify.com/episode/6Dqc8Af6dfBG2caLpevZAI?si=tEKnWnpWRMWqEkdWWmTwbQ&utm_source=whatsapp&nd=>)>. Ago. 2017. Podcast. Acesso em: 04 dez. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA. 2009. 1, p. 55-91.

SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional, v. 8, n. 1, p. 31- 45, 2003.

SILVA, Suzana Maria Veleda. **Geografia e Gênero/Geografia feminista - o que é isto?** Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 104-110, 1998.

SIMÕES, M. L. **O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto de formação docente**. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 136-152, jul.- dez. 2013.